



Comissão para os Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política

RECOMENDAÇÕES E PARECERES

A Comissão Temática dos Assuntos Consulares e participação Cívica e Política reunida em Lisboa nos dias 15 e 16 de julho de 2021, apresenta as suas conclusões e recomendações sobre os encontros que teve com os mais diversos intervenientes do Estado e também da sociedade civil, destacando as reuniões com os Secretários de Estado, das Comunidades Portuguesas, Adjunto e da Administração Interna, da Modernização Administrativa, e da Justiça.

Serviços Consulares e Serviços Digitais:

- Reforço de recursos humanos nos consulados com capacidade de resposta não só na execução de documentação mas também no desenvolvimento de programas de proximidade entre os postos consulares e as comunidades, num trabalho com as associações a fim de desenvolverem parcerias que realmente façam a diferença na vida dos portugueses no estrangeiro.
- Preenchimento de todas as vagas das chefias intermédias (Chanceleres) nos postos consulares.
- Atualização dos salários dos funcionários de acordo com o nível de vida dos países de acolhimento.
- Criação de carreiras nos quadros de pessoal dos serviços consulares com o objectivo de motivar a permanência a longo termo nos serviços.
- Sejam criados Incentivos à produtividade, nomeadamente objetivos e prémios de produção qualitativos e quantitativos com bonificações, quer monetário ou outros benefícios para os funcionários.
- Divulgação em massa da Chave Digital nas comunidades através dos consulados (no ato da entrega do cartão), webinars, social media, associações, publicidade institucional nos media locais, RTP e RDP.
 - Instituir um procedimento sistemático quando um atendimento consular para proceder a ativação da chave digital.
- Capacitar todas as associações do universo comunitário para ativar a chave móvel digital com equipamento e treino de voluntários, assim como iniciarem um programa de ajuda e suporte digital na obtenção de documentos para os seus associados.
- Implementação urgente do livro de reclamações online para a rede consular.
- Recomendação sobre os CAC
 - Não devem funcionar só para agendamento e informação estandardizada mas funcionar como um serviço consular com informação detalhada e destinada a cada região ou país de acolhimento e que resolva o problema dos cidadãos.
 - Integração nas equipas dos CAC de um técnico do MNE experiente em documentação com conhecimento local do país de acolhimento e que possa ser a pessoa de referência para toda a equipa.



Comissão para os Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política

RECOMENDAÇÕES E PARECERES

- Deve ser assegurado aos recursos humanos estabilidade laboral para permanecerem a longo prazo a fim de obterem experiência e profundo conhecimento sobre as comunidades que servem.
- Atribuição aos CACs de competências funcionais que lhes permitam resolver os problemas dos cidadãos, em vez de serem somente intermediários da rede consular (da maneira como os CACs funcionam somente adiam o problema dos cidadãos e não os resolvem).
- O desenvolvimento do serviço de atendimento por videoconferência deve ser encarado como prioritário, feito de maneira abrangente e dotado de capacidade de resposta efetiva para todos os cidadãos no estrangeiro.
- Evitar a proliferação de plataformas online, apostando na interoperabilidade dos processos administrativos vitais para os cidadãos portugueses no estrangeiro.
- Aglutinar em plataforma única a informação dos diversos serviços do estado, com capacidade de ligação aos CAC, Rede consular e as Secretarias de Estado envolvidas.
- As instruções dos serviços digitais devem ser adequadas ao país a que se dirigem nas línguas apropriadas e ajustadas ao perfil demográfico e educacional da respetiva comunidade (de modo a que os mais jovens possam ajudar os mais idosos).
- **SEJ** - Criação de uma bolsa de advogados credenciados com o Tribunal da Relação, SEJ e Rede Consular, a fim de facilitarem a integração dos divórcios dos cidadãos Portugueses efetuados no estrangeiro, especialmente os dos países da Commonwealth.

Participação Política:

- Recomendações sobre o voto eletrónico e sobre as modalidades de voto nos actos eleitorais
 - Urgente campanha para ativação da chave móvel digital no país onde se irá realizar o piloto do voto eletrónico
 - Próxima reunião do CP em Portugal seria importantíssimo fazer lobby junto dos partidos políticos para a implementação e alteração da lei eleitoral, principalmente sobre a implementação das 3 modalidades de voto.
 - Urgente explicação sobre o funcionamento do voto eletrónico para as eleições do CCP, especialmente a definição do país em que se irá realizar o piloto.
 - O voto postal deve funcionar como voto antecipado, alargando os prazos do ato eleitoral, devendo ser sempre garantida a possibilidade do voto presencial, sendo o voto postal, o voto de preferência sobre todas as outras modalidades.
 - Aumento de competências do eleitor no portal do recenseamento eleitoral de maneira a este poder escolher qual a modalidade de voto preferida e permitir a inscrição no voto em mobilidade.
 - Campanhas de divulgação efetivas a explicar as três modalidades de voto e todas as alterações sobre a nova lei eleitoral.
 - Plena inclusão dos portugueses no estrangeiro onde se apresentem soluções



Comissão para os Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política

RECOMENDAÇÕES E PARECERES

para um aumento da participação cívica a curto e médio prazo. Nomeadamente um maior envolvimento dos partidos políticos e maior divulgação através da publicidade institucional nos media locais sobre os próximos atos eleitorais.

A Comissão Temática para os Assuntos Consulares, Participação Cívica e Política.

- Sérgio Tavares
- Vasco Pinto de Abreu
- Paulo Martins
- Rui Ribeiro Barata
- Ângelo Horto (Em substituição de José Duarte)
- José Duarte Alves (Não esteve presente)
- Fátima de Pontes (Não esteve presente)
- Melissa da Silva (Não esteve presente)